

RACISMO@ONLINE.COM.BR

Marcelo Francisco de Assis*
Cleyde Rodrigues Amorim**

RESUMO

Este trabalho tem como proposta analisar o racismo na cidade de Maringá, estado do Paraná, interpretando os discursos postados em três *blogs* de moradores da própria cidade. Visto que esse meio de informação é vinculado à cibercultura, entendemos sua produção como uma ação social. Apoiado numa metodologia das ciências sociais, mas especificamente no interpretativismo, desconstruímos as falas dos internautas inscritas nesse campo, relacionando sua concepção acerca das relações raciais na cidade pesquisada com a concepção sobre o racismo produzida no Brasil. As postagens analisadas nos mostram a reprodução de uma retórica, cujo conteúdo é composto por elementos que remetem a um tipo de discurso conservador. O uso do termo *raça* é constantemente lembrado para distinguir os agentes sociais, assim como o mito da democracia racial é utilizado para negar que exista racismo no Brasil.

Palavras-chave: relações raciais – racismo - Maringá.

A internet já vem há algum tempo se legitimando como um importante e fértil campo para as trocas das relações sociais e culturais (Guimarães Jr., 1999), *sites* de relacionamento como Orkut, MSN, Facebook, Twitter, além de revistas e outros meios de comunicação que se propagam por esse campo corroboram de forma imprescindível para a legitimação desse espaço como um meio de se relacionar socialmente.

Segundo publicação da revista Meio e Mensagem, em maio de 2005 o Brasil era um país que acessava a internet mais do que outras nações como, por exemplo, a França e os Estados Unidos, segundo pesquisa realizada pelo Ibope/NetRatings (Montardo & Rocha, 2005), evidenciando que esse meio de comunicação é utilizado por uma grande parte da população brasileira.

No que tange a produção deste trabalho, a proposta foi a de realizar uma pesquisa utilizando três *blogs*¹ de moradores da cidade de Maringá, e a partir das postagens feitas nesses espaços, interpretar qual a representação que os moradores dessa cidade têm a respeito das questões relacionadas à população negra, e entre elas o racismo. Utilizou-se uma orientação metodológica calcada no interpretativismo proposto por Clifford Geertz (1989), para analisar o discurso existente nesse meio de comunicação. Para isso, estabeleceu-se uma ligação entre o discurso inscrito nesses *blogs* e o contexto no qual ele historicamente foi produzido no Brasil, recorrendo a uma produção bibliográfica sobre o assunto.

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, professor da rede pública de ensino e pesquisador vinculado ao Neiab – UEM.

** Docente da Universidade Federal do Espírito Santo, orientadora do programa de pós-graduação de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

¹ angelorigon.blogspot.com ; odiario.com/blogs/edsonlima; antonio-ozai.blogspot.com.

O CAMPO PESQUISADO

As interações realizadas na internet são denominadas por pesquisadores do assunto pelo nome de cibercultura² (Lévy, 2007). Esse fenômeno é engendrado pelas trocas sociais estabelecidas, tendo por intermédio o computador ou outros instrumentos como *paggers* e vídeoconferência (Guimarães Jr, 1999). Essa construção cultural tem no chamado ciberespaço³ seu local de manifestação.

O *blog* é um produto derivado dessa nova tecnologia (internet) e por isso está inserido no ciberespaço, entretanto, não foram os *blogs* propriamente ditos que foram pesquisados, mas apenas as postagens que têm por tema as questões associadas aos negros no Brasil e, especialmente, na região citada.

Para os estudiosos que analisam o fenômeno da cibercultura (Guimarães Jr. 1997; Pierre Lévy, 2007), esse campo social possui características próprias de sistematização, todavia, não podem ser consideradas como produções inéditas, uma vez que as referências para as trocas estabelecidas nesse meio são, *a priori*, organizadas fora do mundo virtual:

O virtual, dessa forma, não implica desrealização, pois muitos dos atos produzidos pelos mecanismos de virtualização são fatos sociais concretos, já que produzem efeitos na realidade e, assim, não pertencem ao reino do imaginário, não desaparecem do universo das ações sociais tão logo sejam desligados os mecanismos tecnológicos que permitiram sua existência “virtual”. Falas digitalizadas que ocorrem no ciberespaço podem desaparecer como sinais magnéticos momentaneamente armazenados em alguns computadores, mas os efeitos concretos destas falas não desaparecem na mente dos interlocutores que as mantiveram, nem as decisões no mundo off-line que possam ser tomadas em função delas. Por fim, é de se perguntar se isso ocorre exatamente da mesma forma em nossas conversas face a face? As conversas face a face não se esvanecem no ar tão logo tenham ocorrido? E, se assim o é, existe alguém que se arriscaria a afirmar, em sua consciência, que elas pertencem ao reino imaginário? (Jungblut, 2004, p. 3).

Dessa forma, a cibercultura resistemiza elementos que estão fora do ciberespaço e, a partir disso, gera as peculiaridades inerentes a essa manifestação simbólica. Para Pierre Lévy: “O virtual não substitui o real, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo” (Lévy, 2007).

² Poderíamos afirmar inicialmente que o termo cibercultura abrange os fenômenos relacionados ao ciberespaço.

³ A palavra “ciberespaço” foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromante*. No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural. Em *Neuromante*, a exploração do ciberespaço coloca em cena as fortalezas de informações secretas protegidas pelos programas ICE, ilhas banhadas pelos oceanos de dados que se metamorfoseiam e são trocados em grande velocidade ao redor do planeta. Alguns heróis são capazes de entrar “fisicamente” nesse espaço de dados para lá viver todos os tipos de aventuras (Lévy, 2007, p. 92).

TEORIA E MÉTODO

Nosso objetivo foi o de interpretar os discursos inscritos nos *blogs*, tendo como referência sua estruturação como algo que é produzido fora dele; conseqüentemente, a cibercultura gerada no ciberespaço serviu apenas como um meio para se coletar os dados. Consideramos que, quando um sujeito posta uma mensagem em um *blog*, ele o faz imbuído de um sentido; esse sentido está relacionado a demonstrar sua opinião em relação ao tema debatido no *blog*, e dessa forma, direcionado a outros que estão deliberando sobre determinado tema. É, portanto, na concepção elaborada por Weber (1995), que nos subsidiamos para considerarmos esses discursos como sendo ações⁴ e relações sociais⁵ engendradas fora da cibercultura.

Além dessa importante ferramenta teórica, buscamos amparo numa metodologia interpretativista proposta por Clifford Geertz (1989), onde temos de fazer o exercício, de: “Ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (Geertz, 1989)”. Entretanto, não se trata de uma interpretação arbitrária, segundo Geertz (id.), para utilizarmos essa metodologia devemos nos ater no significado que as práticas e os discursos representam para aqueles que as realizam, suas relações e ações sociais dizem respeito a um código estabelecido coletivamente, que orienta suas vidas. Temos de contextualizar o discurso, tentar compreender de onde se está falando, ligando o agente social a seu campo semântico, estabelecendo uma mediação entre o sujeito e o modelo cultural que o orienta. Modelo esse que segundo o autor é semiótico:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como sendo uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (Geertz, 1989, p. 15).

Estabelecemos uma mediação entre o discurso inscrito nos *blogs* e a construção produzida historicamente sobre a imagem⁶ e a representação⁷ que os habitantes de Maringá e região têm sobre as relações raciais em nosso país.

⁴ A ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pelas ações dos outros, as quais podem ser ações passadas, presentes ou esperadas como sendo futuras (por exemplo, vingança por ataques anteriores, réplica a ataques presentes, medidas de defesa diante de ataques futuros). Os “outros” podem ser indivíduos conhecidos ou até uma pluralidade de indivíduos indeterminados e inteiramente desconhecidos (Weber, 1995, p. 415).

⁵ Por relação social deve-se entender um comportamento de vários – referido reciprocamente conforme o seu conteúdo significativo e orientando-se por essa reciprocidade. A relação social consiste, pois, plena e exclusivamente, na probabilidade de que se agirá socialmente numa forma indicável (com sentido), sendo indiferente, por ora, aquilo em que a probabilidade repousa (Weber, 1995, p. 419).

⁶ O conceito de imagem não se afasta muito do de opinião, pelo menos no que se refere aos pressupostos de base. Foi utilizado para designar uma organização mais complexa ou mais coerente de juízos de valor ou de avaliação [...] Esta é Revista da ABPN • v. 2, n. 4 • mar. 2011 – jun. 2011 • p. 131-149.

Os dados coletados foram resultados de discussões sobre diversos temas, entre eles o que teve maior relevância foi a questão envolvendo a instituição ou não de um feriado municipal no dia 20 de novembro⁸ na cidade de Maringá; tivemos como recorte de tempo o ano que antecedeu a votação do projeto na câmara de vereadores (2008) e o ano de votação (2009). Atrelada a essa discussão, os debates se ampliaram e foram postadas questões inerentes à condição do negro no Brasil, desde a legitimidade de políticas afirmativas até a existência ou não de racismo em nosso país.

O CONCEITO DE RAÇA UTILIZADO PELOS INTERNAUTAS

O conceito de raça, enquanto um fator determinado biologicamente, não é mais considerado pela maioria das áreas do conhecimento, sejam a das humanas ou mesmo da genética (Maio, 1998). Entretanto, o uso desse conceito como forma de distinguir os grupos humanos não deixou de existir (Silvério, 1999), mesmo tendo sua vertente biologizante do século XIX suplantada por estudos sobre esse tema (Hofbauer, 2005).

Parece haver nos dias atuais um uso mais ponderado desse conceito em que o mesmo é substituído pelo termo etnia. Consequentemente, para alguns autores, tanto a terminologia raça quanto etnia se confundem, e acabam por ter o mesmo significado (Silvério, 1999; Hall, 2008), haja vista a utilização, tanto de um quanto de outro, para separar diferentes grupos, os quais podem se valer de marcadores físicos ou simbólicos como meio de distinção e identificação étnica (Hall, 2008). Para o desenvolvimento desse trabalho utilizamos os dois termos como tendo o mesmo significado. Mesmo que haja divergências entre trabalhos que ora apontam a utilização dos dois termos como sinônimos (Silvério, 1999; Hall, 2008), e outros que mostram uma opinião contrária a tal designação.

Procuramos nos abster da segunda posição pelo fato de que as terminologias raça e etnia foram descritas como sinônimos pelos internautas que postaram suas opiniões acerca desse tema nos *blogs* pesquisados.

concebida como reflexo interno de uma realidade externa, cópia fiel no espírito do que se encontra fora do espírito. Por conseguinte é a reprodução passiva de um dado imediato (Moscovici, 1978, p. 47).

⁷ A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnadas. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração, e por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica” (Moscovici, 1978, p. 41).

⁸ Nessa data comemora-se o dia da consciência negra em todo Brasil, e em algumas cidades, esse dia é feriado municipal. Vinte de novembro é a data da morte de Zumbi dos Palmares.

No que diz respeito à conceitualização dessa determinação, o mais encontrado entre as postagens nos *blogs* foi à chamada raça social, que se apoia em marcadores fenotípicos para denominar os grupos. Essa conceitualização é diferente daquela sistematizada pelas teorias racialistas e biológicas do século XIX, pois não se amparam em critérios genéticos (Guimarães, A.S.A, 1999). Essa forma de separar os grupos tendo como orientação e distinção a cor da pele, ainda hoje é utilizada na vida social como meio de caracterizar as diferenças entre os grupos humanos, e é identificado por alguns autores como sendo uma construção específica de raça:

Raça pode significar um grupo de pessoas que são socialmente definidas pelas suas marcas físicas exteriores como, por exemplo, a pigmentação da pele. Para evitar confusão, alguns autores especificam “raça social” quando usam o termo raça com este significado, isto é, de um grupo social definido por visibilidade somática (Silvério, 1999, p. 56).

Em uma crítica feita a uma liderança do movimento negro na cidade de Maringá, um internauta desconstrói a identidade negra de tal liderança acusando-a de trabalhar contra os interesses do próprio grupo étnico, utilizando-se de marcadores físicos para transformar a liderança de negra em branca:

Bons conselhos ao... Fazer chapinha, pintar o cabelo de branco; comprar uma lente de contato azul; mudar para a zona dois;⁹ mergulhar num tambor de cal. Quem nega a própria raça não merece respeito! (Rigon, 2009).

Esse tipo de comentário é um dos muitos entre outros que se utiliza da raça social como forma de construir uma identidade étnica.¹⁰

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

O Brasil é um país que sempre atraiu a atenção de pesquisadores que têm como tema as relações raciais. Isso ficou evidente quando, a partir do final da década de 1940, a Unesco, em seu esforço de desenvolver um trabalho que expusesse de forma clara a não existência de diferentes raças humanas como era declarado pelos paradigmas racialistas propostos no século XIX, elegeu o Brasil como um “laboratório racial” para se pesquisar esse tema (Maio, 1998).

⁹ Essa região sobre a qual o internauta faz referência é uma área onde está localizado um bairro nobre na cidade de Maringá, cujos moradores são majoritariamente brancos.

¹⁰ Além da questão social, as referências ao fenótipo aqui são claras: transformar cor dos olhos, os cabelos – exibir a marca, conservar o fenótipo, como atributo da negritude é atitude pessoal cobrada entre muitos da militância e considerada como política independente da atitude política propriamente (o que é totalmente diferente nos EUA – onde a atitude política é que interessa).

Tendo como idealizador de desenvolver essas pesquisas em nosso país o brasileiro Arthur Ramos,¹¹ a instituição internacional via no Brasil um novo campo para entender as dinâmicas dessas relações e descobrir uma forma de combater o racismo pelo mundo afora. Para esses pesquisadores não haviam problemas relacionados à questão racial no Brasil.

Com a ideia de uma identidade nacional calcada na miscigenação entre os diferentes povos que formaram nosso país (Telles, 2003), e sem ter o advento de políticas provenientes do governo que pudessem segregar a população negra de forma clara e institucionalizada, deu-se a impressão de que aqui não havia problemas relacionados ao racismo (Damatta, 1984). Conseqüentemente, o Brasil passou a ser visto como um país que não segregava sua antiga população de escravos, como era notadamente claro em países como os Estados Unidos ou a África do Sul (Telles, 2003). Dessa forma, o Brasil passa a ostentar uma imagem de país pacífico em se tratando da temática racial.

A busca por uma identidade nacional, que pudesse nos caracterizar como uma nação independente e desatrelada do governo lusitano, funcionou como uma mola propulsora para a ideia de um país formado pela mestiçagem. Nessa nova nação, a “cor” dos sujeitos que a compõem passaria a ter mais preponderância que a “raça”. Sendo assim: “O antirracismo é uma das ideologias fundadoras dessa nação” (Guimarães, A.S.A, 2003), a imagem do mestiço como “produto” nativo e originalmente nacional¹² se sobrepõe a do indígena criado pelo romantismo, passando a ser símbolo do autêntico brasileiro. A partir dessa concepção compartilhada pelos próprios brasileiros, de uma nação livre, mestiça e harmoniosa, engendrou-se o chamado mito da democracia racial.

Todavia, esse discurso de que o Brasil é um país sem problemas relacionados às raças já vinha sendo construído antes mesmo de ser divulgado por Arthur Ramos. Segundo Guimarães:

Ele se cristaliza basicamente nos anos 1920, 1930, e encontra em Gilberto Freyre o seu principal intelectual. O marco pode ser 1933, ano de publicação de *Casa Grande e Senzala*, mas pode ser também a semana da arte moderna em 1922, pois todos os mecanismos vão perseguir exatamente uma ideia nova de Brasil e de povo brasileiro (2003, p. 5).

A obra de Freyre é tida por muitos como o carro chefe do pensamento conservador e responsável direto pela legitimação da imagem de que o Brasil é composto por diversas raças, de uma forma harmônica.

¹¹ Arthur Ramos coordenou por um período o grupo de cientistas que pesquisou a questão das relações raciais no Brasil.

¹² Esse símbolo passa a ser ostentado com mais veemência depois da luta entre os caboclos e os portugueses para a libertação do porto de Salvador, que ainda era ocupado pelos lusitanos após a proclamação da independência (Guimarães, 2003).

Entretanto, existem outras obras que procuram mostrar justamente o oposto dessa afirmação. Para Ricardo Benzaquen de Araújo (1994), esse equilíbrio entre os grupos que formaram nossa nação não está contido numa harmonia gerada pela falta de conflitos, ela é colocada como algo que mostra justamente o contrário. A proposta do autor nos orienta para um olhar mais acentuado sobre a obra de Freyre, que passa por um caminho que é justamente o inverso de alguns críticos da obra do ensaísta:

Casa Grande e Senzala dá a impressão de ter sido escrito justamente para acentuar a extrema heterogeneidade que caracterizaria a colonização portuguesa, ressaltando basicamente a ativa contribuição de diversos e antagônicos grupos sociais na montagem da sociedade brasileira (Araújo, 1994, p. 53).

A ideia da miscigenização e da relação entre esses grupos não derivaria de um sincretismo harmônico, mas é na manutenção das suas peculiaridades que cada raça, de forma conflitiva, ajudou na formação e no equilíbrio que caracterizaria a população brasileira. Entretanto, segundo Maio:

A visão freyriana, sem dúvida a mais refinada interpretação do mito da democracia racial à brasileira, tornou-se assim um dos principais alicerces ideológicos da construção de uma identidade positiva, e foi suficientemente substantiva para atrair a atenção internacional, contrastando com a negativa experiência norte-americana em matéria racial (1998, p. 12).

Essa visão do Brasil como um paraíso racial ainda serve como argumento para aqueles que não reconhecem ou não admitem que, historicamente essa população sempre esteve em desvantagem para a competição por posições que poderiam lhe dar algum tipo de mobilidade na obtenção de ganhos ou de posição social, que foi sempre majoritariamente dos brancos (Hasenbalg, 2005).

Esse argumento foi muito utilizado nas postagens analisadas que procuravam explicar posições contrárias à instituição de um feriado na data em que se comemora o dia da consciência negra:

Consciência negra? Somos um país de mestiços! Não sei qual é a dessa gente que quer transformar nosso país em uma nação dividida entre brancos e negros. Somos a mistura dos dois mais a soma de diversas outras etnias (Rigon, 2009).

O mito da democracia racial serviu (e ainda serve), para colocar o problema do racismo no Brasil em um tipo de inércia, que ao invés de dinamizar as relações entre negros e brancos as mantêm presas em um sistema que continua a gerar uma segregação para a população negra, em detrimento dos ganhos e maiores facilidades¹³ para os brancos (Fernades, 1978). Esse mito passou a ser desde então um discurso de dominação política, “seria puramente simbólico”, utilizado para a manutenção de um sistema (Guimarães, A.S.A, 2003).

¹³ Dados sobre as desigualdades sociais entre negros e brancos retirados junto ao *site* do Ipea, no caderno “retrato das desigualdades” de 2008, no site da instituição, acessado no dia 18/03/2010, às 13h15min.

Esse argumento é visível nas postagens dos *blogs* pesquisados, procurando negar a elaboração de políticas que favoreçam a população negra, a maioria dos discursos se orienta por um viés que tem no mito da democracia racial um estruturante para negar essas ações e justificar sua posição contrária a tal questão. Em uma discussão postada a respeito da intolerância religiosa em nosso país, um internauta se posicionou contra a postagem do blogueiro;¹⁴ para esse internauta, no Brasil não há esse tipo de problema, pois segundo sua opinião, havia uma existência harmônica entre religião e raça, o que segundo o próprio internauta, aqui, ela é estabelecida de forma mais leve: “Mesmo o preconceito racial generalizado é muito mais *light*, dado ao alto nível de miscigenação do país e a pequena proporção de negros” (Silva, 2009).

Em uma outra postagem, um internauta minimiza, em tom de deboche, o problema do racismo no Brasil frente a outras questões que para ele são mais importantes, visto que segundo o mesmo não existe discriminação racial em nosso país:

E por falar em racismo, dia da consciência negra, da implantação da raça ariana pelos illuminatis, veja o que acabei de ler na página de notícias do Yahoo na internet: “A OMS nega que vacina tenha matado 41”. A Organização Mundial de saúde (OMS) descartou hoje que a vacina contra a gripe suína tenha matado 41 pessoas que foram contra o vírus H1N1... Diante disto, como dizem os profetas cristãos, os perigos da gripe suína estão na ponta da agulha, e os negros ainda chiando por causa de uma bobagem destas, se achando discriminado... (Lima, 2009).

Dessa forma, o mito da democracia racial ajuda a estruturar essa suposta falta de conflito nas relações raciais, e consubstancia o discurso conservador que nega a promoção de políticas afirmativas voltadas para a população negra.

Os discursos contra essas ações, principalmente no que diz respeito às chamadas cotas raciais em universidades, são tomados pelos internautas como um simples privilégio dado à população negra, uma injustiça com o restante da população:

Que se comemore a data tudo bem. O que precisa mudar é a forma como querem ser tratados, inferiores, pois em tudo querem cotas para facilitar. A cor da pele não infere na inteligência e na vontade de vencer, basta ter vontade e ir à luta como todos os demais. Conheço muitos negros, amigos do peito, que estudaram, se formaram e hoje estão muito bem financeiramente e socialmente, e detestam esse protecionismo, se sentem inferiorizados (Lima, 2009).

A retórica liberal¹⁵ é um dos elementos sempre presentes nas falas dos internautas para criticar políticas públicas voltadas para os negros, descaracterizando todo o processo histórico que

¹⁴ O blogueiro procurava denunciar a questão da intolerância racial e religiosa inerente às ações sociais cotidianas.

¹⁵ Essa retórica, da qual fizemos menção, diz respeito à crença da igualdade de oportunidades em que vale apenas o esforço individual, desconsiderando todo e qualquer problema estrutural presente para a obtenção de mobilidade social.

envolve essa população, inclusive o não reconhecimento da existência do racismo como um obstáculo a mais, encontrado por esses agentes. Segundo Hasenbalg:

Do ponto de vista dos não brancos, os efeitos da ideologia da democracia racial são semelhantes àqueles do credo liberal da igualdade de oportunidades. Isto é, a responsabilidade pela sua baixa posição social é transferida ao próprio grupo subordinado. A consequência lógica da negação do preconceito e discriminação é a de trazer para o primeiro plano a capacidade individual dos membros subordinados como causa de sua posição social, em detrimento da estrutura de relações intergrupais (2005, p. 251).

Esse argumento de que os grupos subordinados estão nessa posição por falta de um “empreendedorismo” é um outro elemento percebido nas postagens analisadas nos *blogs*, quando se comenta a questão da população negra em nossa sociedade.

Ao delegar apenas aos sujeitos subordinados a culpa por ocuparem posições mais baixas, desconsiderando todas as implicações que possam estar presentes nessas situações, e que levam a população negra a ocupar tal posição na estratificação social, faz com que esses discursos desqualifiquem e neguem que esses agentes sofrem qualquer tipo de problemas relacionados ao racismo no Brasil e, dessa forma, reproduzam o mito da democracia racial de uma maneira não declarada. Ou seja, para as pessoas que escreveram tais postagens, se os negros ocupam posições sociais menos privilegiadas a culpa é somente deles próprios, pois, segundo a maior parte das inscrições, o fato de não serem brancos não é visto como um empecilho para que eles possam adquirir certa mobilidade social.

Essa concepção de que não existe conflito étnico racial no Brasil está enraizada em nossa sociedade desde a abolição da escravatura. Durante aquela época, o paradigma pensado para um país democrático estabelecia um conjunto social em que a presença do negro se delimitava a um espaço circunscrito, tendo na figura do branco o sujeito dominante. Isso aconteceu porque, mesmo com o fim da escravidão, o negro continuou sendo privado de políticas e direitos que eram teoricamente tangíveis a todos os cidadãos: “Este não era repellido frontalmente; mas, também não era aceito sem restrições, abertamente, de acordo com as prerrogativas sociais que decorriam de sua nova condição jurídico-política” (Fernandes, 1978). Essa segregação subjacente em nossa sociedade reconhecia os antigos escravos como sendo livres, desde que os mesmos ficassem no lugar que lhes era devido. Ou seja, a inserção do negro enquanto ator social ficou vinculado à imagem do ex-escravo e, mesmo com a abolição, ele continuou estigmatizado, sem ser reconhecido concretamente como um cidadão dotado de direitos e prerrogativas legitimadas pelo Estado.

Sua condição enquanto liberto não garantia nenhuma forma de igualdade perante os brancos numa sociedade que durante séculos adotou o regime escravocrata:

A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a ideia de uma “democracia racial”. Que igualdade poderia haver entre o “senhor”, o “escravo” e o “liberto”? A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular e irresistível do preconceito e da discriminação raciais – ou para legitimar a ordem estabelecida; ou para preservar as distâncias sociais em que ele se assentava. Com a abolição e a implantação da República, desapareceram as razões psicossociais, legais ou morais que impediam a objetivação de semelhante ideia. Então, operou-se uma reelaboração interpretativa de velhas racionalizações, que foram fundidas e generalizadas em um sistema de referência consistente com o regime republicano (Fernandes, 1978, p. 254).

O que se pensa até hoje com relação ao preconceito racial no Brasil está vinculado a esse mito, pressupondo que aqui não existe conflito que envolva questões étnicas, porém, desconsidera-se que a falta desse embate se processa através de um pensamento organicista e conservador da vida social brasileira.

O DISCURSO CONSERVADOR: A MANUTENÇÃO DO *STATUS QUO*

O discurso pós-abolicionista adotado pela elite dominante na época em que se encerra o regime escravocrata foi uma das ferramentas ideológicas utilizadas por essas mesmas elites para a manutenção da ordem estabelecida, que tinha nos brancos os sujeitos dominantes:

Habitados a lidar com as tensões raciais num mundo social em que eles continham temível poder explosivo e, por isso, precisavam ser reprimidas sem contemplação, os membros da elite tendiam a manter, diante dos problemas da “população de cor”, atitudes rígidas, incompreensivas e autoritárias. Agiam como se ainda vivessem no passado, mostrando-se propensos a exagerar os riscos potenciais de uma liberalização das garantias sociais dos “negros” e a robustecer velhas formas de dissuasão dos “pruridos da gente”, a que eles tivessem por ventura, ânimo de aderir. Em particular, não viam com bons olhos as agitações em torno do “problema do negro”, que eclodiram esparsa e desordenadamente aqui e ali, como se eles ocultassem os germes de uma inquietação social e suscetível de converter-se, com o tempo, em conflito racial. Doutro lado, opunham-se a manifestações de solidariedade para com o “negro” que escapassem ao paternalismo tradicionalista, o qual protegia o indivíduo ou grupos restritos, resguardando a superioridade e as posições de mando do “branco”. A desconfiança tolhia, portanto, a modernização de atitudes e de comportamentos em ambos os estoques raciais, sob a dupla presunção de que agitar certas questões só serviria para “prejudicar o negro” e quebrar a paz social (Fernandes, 1978, p. 251-252).

Esse tipo de discurso, que procurou não discutir os problemas em torno da questão da população negra na época de sua libertação, tinha o intuito de manter as distâncias sociais entre

negros e brancos e, dessa forma, conservar o antigo sistema hierárquico anterior à abolição (Fernandes, 1978).

O patrimonialismo, que em nossa cultura funciona como um elemento estruturante das nossas relações sociais, também se fez presente na construção das relações raciais no Brasil. Ao contrário do que ocorreu em países como Estados Unidos e na África do Sul¹⁶ (Damatta, 1984), não houve o estabelecimento de uma segregação étnica institucionalizada pelo Estado brasileiro, tampouco ações explícitas de coerção social com a população de antigos escravos.

O que houve foi a adoção de um discurso baseado no pessoalismo característico de nossa sociedade, que serve para manter o distanciamento que caracteriza as populações mais abastadas das mais pauperizadas, reproduzindo no Brasil desigualdades inerentes a nossa formação cultural, que se organiza por meio de um profundo sentimento de hierarquia social:

Um sistema de fato profundamente anti-igualitário, baseado na lógica do um para cada coisa, cada coisa em seu lugar, que faz parte de nossa herança portuguesa, mas que nunca foi realmente sacudido por nossas transformações sociais. De fato, um sistema tão internalizado que, entre nós, passa despercebido (Damatta, 1984, p. 83).

Todo o conteúdo que substancializa os argumentos do pensamento conservador evidenciado nos discursos dos *blogs*, tem como orientação o não reconhecimento dos problemas vividos pelos negros devido a sua trajetória histórica no Brasil, além de salientar a paz racial existente em nossa sociedade.

Agora sim... Agora sim, o racismo está chegando de vez na pátria amada Brasil... Feriado para o dia da consciência negra, cota para negros nas universidades, e o que mais, a idiotice nacional, vai criar para aflorar as diferenças tão normais e inerentes aos seres humanos criados por Deus... Mas... A democracia exige igualdades... Então, quando será feriado, para o dia do índio? E vamos criar também o dia da raça amarela, e definir qual data será boa, para lhe dar ênfase e descanso? E o dia do cigano, do pigmeu, e do branco? Aflorem as diferenças e elas aflorarão em você! Pobre e miserável país dos medíocres e analfabetos morais! (Rigon, 2009).

Esse tipo de discurso foi um fato recorrente entre as falas postadas nos *blogs* pesquisados, contendo o mesmo conteúdo dos discursos proferidos pela elite branca dominante do Brasil no século XIX.

Conseqüentemente, a retórica que preconiza uma igualdade “natural” inerente às sociedades democráticas também faz parte do repertório da maior parte de postagens dos *blogs* analisados. Neles evidencia-se uma negação em relação a qualquer tipo de política afirmativa para a inclusão da população negra em posições que historicamente são ocupadas por uma grande maioria

¹⁶ Houve nesses países políticas institucionalizadas que separavam as populações brancas e não brancas em todos os campos da vida social. Nos Estados Unidos O “Jim Crow”, e na África do Sul o “apartheid”.



de pessoas brancas, reproduzindo dessa forma nosso sistema hierárquico travestido de paz social, mantendo “Um lugar para cada coisa e colocando, completamente, cada coisa em seu lugar” (Damatta, 1984).

Segundo Florestan Fernandes (1978), os negros tiveram diversos problemas acarretados pelo fato de terem sido escravos, fazendo com que fossem inseridos na sociedade brasileira de uma forma que não se completaria colocando-os em uma inércia política e numa situação anômica enquanto agentes sociais. Dessa forma, essa população sofre até os dias atuais problemas em decorrência de sua condição como ex-escravos, além de terem no racismo outro entrave para sua ascensão social (Hasenbalg, 2005).

Essa população foi introduzida na sociedade brasileira de uma forma abrupta sem qualquer meio de socialização, passaram por problemas de adaptação decorrentes da senzala (Fernandes, 1978), e ainda partem para a competição com os brancos sempre em desvantagem.

Para Hasenbalg, “tais desigualdades não são apenas o produto dos diferentes pontos de partida de brancos e não brancos – a herança do escravismo – mas refletem também as oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição” (2005, p. 177). Logo, podemos dizer que, além de partir para a competição no regime capitalista em desvantagem com outros agentes, o negro foi e ainda está submetido a um regime diferenciado de tratamento em decorrência do racismo, que prejudica sua mobilidade social.

Além disso, as relações raciais engendradas no Brasil tomaram rumos específicos. Calcadas em um formalismo e patrimonialismo inerentes à nossa cultura, elas vêm ao longo de nossa história corroborando para a manutenção do sistema vigente, onde temos um problema que é percebido, mas não admitido (Damatta, 1983).

Culturalmente não gostamos de embate. Questões como preconceito e política são vistas como algo que foge ao mundo concreto, real, como se a população de forma geral estivesse à margem de tudo isso. Essa imagem de nossa brasilidade foi bem observada por Roberto DaMatta, que diz:

Tudo indica que, no Brasil, concebemos os conflitos como presságios do fim do mundo, e como fraquezas – o que torna difícil admiti-los como parte de nossa história, sobretudo nas suas versões oficiais e necessariamente solitárias (1983, p. 162).

Muitas das características suscitadas também fora do Brasil são inerentes a essa questão, afinal de contas somos o país do futebol e do carnaval, das mulheres sensuais e do homem cordial. A noção de que não houve e nem há conflito relacionado ao racismo em nosso país foi o tempo

todo colocado como princípio norteador do comportamento do brasileiro nos discursos inscritos nos *blogs*.

Em relação ao problema gerado por questões étnicas, as falas se apoiam no discurso da “fábula das três raças”, e estão sempre prontas a reproduzir esse discurso de que somos uma sociedade de mestiços e que, portanto, não existem problemas de racismo no Brasil:

Gostaria que alguém me explicasse, seriamente, porque o movimento negro considera os mulatos como parte da raça negra, se tecnicamente eles são frutos da miscigenação entre duas raças, branca e negra. Um mulato também é integrante da raça branca (Rigon, 2009).

Nessa relação triangular, o “mulato” é a figura de transição que representaria a união das raças e sua aceitação por parte de todos os brasileiros:

Num meio social hierarquizado, tais intermediações triangulares (ou seja: em três e nunca em dois, o que conduziria a um dualismo exclusivista) são parte de sua própria lógica social, pois é por meio da mediação que se pode efetivamente propôr o adiamento do conflito e do confronto (DaMatta, 1984, p. 82-83).

Essa triangulação étnica tem seu suporte na ideologia do branqueamento; ideologia essa que funcionou, ela própria, como um mecanismo “suavizador” das relações raciais no Brasil, pois será ela que dará ao “mulato” um significado de como nosso país “convive bem” com as diferenças étnicas.

Na semana da consciência negra um pesquisador de uma universidade local deu uma entrevista ao jornal de maior circulação da cidade pesquisada, dizendo que em Maringá, como em outras partes do Brasil, também há um forte racismo, e que por características internas referentes ao próprio país, ele se dava de modo sutil e velado. Essa entrevista foi postada em um dos *blogs* pesquisados¹⁷ em que o blogueiro pede a opinião dos internautas, alegando que, para ele, a fala do professor e pesquisador era exagerada. A grande maioria dos comentários que falavam a respeito do acontecido condenou a entrevista do professor por parte daqueles que se sentiram ofendidos em ouvir que em Maringá há a existência do racismo: “Exagerou sim e muito, é só você ir ao Shopping Cidade, que tem várias pessoas negras trabalhando naquele lugar, estive lá ontem e posso constatar o que estou falando” (Lima, 2009), outras postagens davam uma ênfase à igualdade de oportunidades em nossa sociedade:

A igualdade tanto para negros e brancos são iguais, alguns se destacam, outros não. Quem é considerado o maior jogador de futebol do mundo? Na política podemos destacar várias personalidades, sendo que até o superior tribunal conta com integrante da raça negra, sem falar os inúmeros atores contratados da Globo, até mesmo âncora do jornalismo global (Lima, 2009).

¹⁷ Blog de Edson Lima.

A grande maioria das falas tinha, em seu conteúdo, um discurso de que o entrevistado estava equivocado, pois não há evidência concreta de que em Maringá existe racismo. Os internautas se amparavam na velha retórica de que em nosso país as oportunidades eram iguais a todos, sem distinção de cor ou de qualquer outro fator que pudesse gerar qualquer forma de preconceito. Essa concepção, que procura manter as distâncias sociais entre negros e brancos, foi muito utilizada para os debates referentes aos temas deliberados nos *blogs* pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos inscritos no campo pesquisado puderam ser divididos em três tipos de recorrência evidenciada na pesquisa: 1. A existência de uma raça social que é utilizada no cotidiano das pessoas para sistematizar os diferentes grupos; 2. A reprodução do mito da democracia racial e da não aceitação de que no Brasil existe racismo; 3. Uma retórica conservadora e racista aos moldes dos discursos da época da abolição

Uma grande parte dos discursos presentes nos *blogs* alegava que o uso de raça, enquanto critério analítico, por si só já precedia de uma ação racista por parte daqueles que dela se subsidiariam para descrever as relações entre os diferentes grupos que compõem nossa sociedade. Entretanto, não podemos nos abster desse conceito para pensar as relações raciais, visto que:

O conceito de raça está presente em diferentes enfoques e visões teóricas mais ou menos radicais, ao mesmo tempo nas relações sociais raça tem se tornado parte indispensável da construção de identidades contrastivas de indivíduos e grupos que procuram obter, especialmente no âmbito da política, reconhecimento e tratamento equitativo (Silvério, 1999, p. 86).

Essa categoria é utilizada como meio de orientação em nosso cotidiano, e como tal tem suas implicações nas relações sociais concretas.

A retórica do igualitarismo presente em nossa sociedade não reconhece todos os problemas acarretados no processo de inserção dessa população na sociedade brasileira, nem admite que o racismo funcione como um entrave para a mobilidade e aceitação dessa população como um todo em nossa sociedade. Para Hasenbalg (2005), esse tipo de comportamento é um meio utilizado pela população branca como uma ferramenta para “diminuir” as chances de seu concorrente na competição por melhores posições na sociedade como um todo.

Podemos ressaltar que a retórica conservadora constantemente vista nos discursos remete ao mesmo processo ideológico de manutenção da ordem vigente utilizada no Brasil do século XIX, onde a elite dominante preconizava que agitações em torno da questão do negro serviriam apenas

para acabar com a paz social existente (Fernandes, 1978). Dessa forma, podemos notar que os velhos mecanismos de manutenção de privilégios continuam a se reproduzir independente do meio de comunicação utilizado.

Muitas das falas contidas nos *blogs* continuam a legitimar esse discurso tendo no mito da democracia racial um elemento que consubstancia a segregação da população negra, funcionando como um “racismo sem intenção” (Guimarães, 1999).

O racismo nesse caso é tratado como um paradigma que se sustenta em um discurso que vai contra a mudança na estrutura das relações raciais. Dessa forma, procura por meios implícitos, não abrir mão de direitos que são conferidos a uma parte branca da sociedade, e negado historicamente a população negra, num embate ideológico de manutenção de um sistema que, de forma explícita, favorece o seguimento constituído pela parcela branca dessa sociedade. No que diz respeito a esse conceito:

Uma posição é racista quando ela defende, protege ou realça organizações sociais baseadas em desvantagens sociais. O racismo é determinado pelas consequências de um sentimento, não por qualidades superficiais... Racismo branco é o que o povo branco faz para proteger os benefícios especiais que eles recebem em virtude de sua cor da pele (Wellman, 1977, p. 36 *apud* Silvério, 1999, p. 66).

Quando neste texto se usa o termo racismo ele faz referência a uma ideologia que se utiliza de uma construção social¹⁸ para legitimar a posição vantajosa de uma parcela da população branca que mantêm a parcela negra em uma posição de exclusão. Esse tipo de racismo parte do pressuposto de que existe uma sistematização simbólica, que tem por meio de um discurso conservador, manter as relações raciais que estão dadas, ou seja, sustentar a estrutura social onde a população negra tem menos acesso aos bens simbólicos e materiais produzidos por nossa sociedade, se comparada à parte de brancos dessa mesma sociedade.

Essa ideologia é denominada de racista porque, implicitamente, segrega a população negra que é vista por uma ótica racial, quer dizer, apontada como uma raça. Vimos num capítulo anterior que esse termo é muito utilizado nos debates que serviram de dados para a pesquisa, fazendo referência a um tipo de raça social que procura, por meio de características somáticas e de aparência, distinguir os grupos sociais. Embora não haja uma hierarquização desses grupos por parte dos internautas que postaram suas opiniões sobre a população negra nos *blogs* pesquisados, e

¹⁸ Essa construção social diz respeito à negação de todo o processo histórico sofrido pela população negra, desembocando no racismo latente existente no Brasil que, conseqüentemente, produz desvantagem para os negros em relação à parcela branca em nossa sociedade.

nem mesmo utilizarem elementos genéticos para essas distinções, essas falas usam o termo raça para deliberar sobre a condição dos negros no Brasil.

Quando falamos de ideologia estamos recorrendo ao que foi proposto por Thompson (2009):

Estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente quando servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. Não podemos derivar o caráter ideológico dos fenômenos simbólicos dos próprios fenômenos simbólicos. Podemos compreender os fenômenos simbólicos como ideológicos e, por isso, podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação (Thompson, 2009, p. 76).

Para esse autor, ideologia não é entendida como ilusória por se tratar de uma sistematização simbólica e, conseqüentemente, falsa. Ela é simbólica, mas, diferentemente do que propõe Marx, ela é falsa somente em contextos sociais e históricos específicos, no qual ela serve para sustentar ou gerar relações de dominação (Thompson, 2009).

O racismo é uma concepção, ou um paradigma, sistematizado com o intuito de delegar o poder a um tipo de raça, por isso ele é denominado neste trabalho como uma ideologia. Ele foi concebido, a princípio, para justificar o mando de um determinado grupo (raça) social e a manutenção do poder para esse grupo.

Denominamos de ideologia o racismo que temos como referência nesse trabalho, porque ele cria uma relação de poder entre brancos e negros, no qual o segundo parte sempre em desvantagem na luta social.

Portanto, neste trabalho: “O conceito de racismo é usado, por isso, para se referir a uma variedade de fenômenos, tais como crenças e ações intencionais ou não intencionais, mas com uma ênfase específica sobre as conseqüências da dominação de um grupo sobre outro” (Silvério, 1999).

O discurso conservador que implicitamente está carregado de um “racismo à brasileira”, onde esse mecanismo de exclusão é relacionado pelos internautas como algo quase que inexistente em nossa sociedade, possui outras formas de operacionalização para a manifestação desse tipo de preconceito no Brasil.

Quando se trata de relações de pessoas que são “consideradas” da mesma classe o *modus operandi* do racismo é realizado de uma forma, quando essas classes são “reconhecidas” como distintas entre si, seu funcionamento tem outros critérios:

Entende-se por relações raciais horizontais a sociabilidade inter-racial, especialmente entre pessoas da mesma classe social. “Por sua vez, as relações verticais são aquelas entre diferentes classes sociais que implicam relações de poder socioeconômico” (Telles, 2003, p. 303).

A adoção de uma ou de outra forma vai depender:

Primeiramente, de como as pessoas são classificadas em determinadas categorias. Embora os significados sociais fundados na raça sejam onipresentes, em nenhum lugar o fato de pertencer a uma categoria específica é determinado por uma estrutura fixa. No entanto, isso é particularmente válido para o caso brasileiro, em que as classificações raciais são especialmente ambíguas e fluidas. A forma pela qual as pessoas se identificam e se classificam é, às vezes, inconsistente e pode variar segundo sua condição social. Além disso, os termos raciais são numerosos e são frequentemente usados de forma inconsistente (Telles, 2003, p. 303).

Essas diferentes determinações atribuídas aos sujeitos no Brasil é o que exemplifica as relações descritas como horizontais e verticais. Essas categorias não são fixas e nem mesmo definitivas. Elas variam de acordo com as categorias em que as pessoas se classificam e são classificadas. No Brasil o fato de existir amizade entre negros e brancos não indica que o segundo esteja isento de qualquer tipo de atitude racista, isso pode depender de quem e como essa relação irá ocorrer.

Os discursos interpretados refletem a produção histórica e social na qual ela foi produzida. Ao ser contextualizado e interpretado nesse mesmo plano, seu substrato é passível de compreensão, revelando o quanto esses discursos são racistas:

Sei que vou levar pau de todo mundo, porém, eu como descendente de negro e com orgulho disso, fico envergonhado, quando se fala neste maldito feriado, pois acho que não é criando mais um feriado que os negros serão mais ou menos respeitados, e muito menos com a criação de cotas, pois eu acho que todos devem ser respeitados independentemente de cor, religião e classe social [...] Os negros também devem se valorizar, pois não é porque é negro que tem de andar mal vestido, sujo e fedendo, hoje há mais oportunidades para estudar tanto para negros quanto para as classes mais pobres, porém, falta vontade de encarar o desafio. De nada adianta embarcar na onda dos intelectuais, tanto brancos como negros (Lima, 2009).

Postagens em que o internauta atribui a si mesmo uma identidade étnica foram raras, demonstrando que o discurso racista também pode partir de pessoas que se denominam descendentes de africanos. Entretanto, ao tratar os negros como “eles”, o internauta provavelmente não se identifica enquanto um negro, apenas como um “descendente”, caso contrário, o discurso



nessa postagem partiria da primeira pessoa, e não da terceira como foi feito. Isso tende a demonstrar a permanência da ideologia do branqueamento na população brasileira, que procura através da gradação de cores (raças), um subterfúgio para escamotear o conflito entre os grupos étnicos no Brasil. Nessas postagens “eles” ficam, portanto, numa posição que lhes é merecida, pois segundo esses discursos, o que vale é a vontade de cada um, porque partimos para a competição no campo social com iguais condições.

A persistência da ideologia do branqueamento, também ajuda na criação de um padrão estético em que o negro não é bem visto, criando uma grande dificuldade de se construir uma identidade calcada na ideia de raça no Brasil. Esse discurso é construído por diversos mecanismos de socialização:

O racismo não é inato, mas apreendido, deve haver meios para esse processo de aquisição ideológica e prática. As pessoas aprendem a ser racistas com seus pais, seus pares (que também aprendem com seus pais), na escola, com a comunicação de massa, do mesmo modo que com a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas (Dijk, 2008, p. 15).

Da mesma forma que essa ideologia racista pode ser apreendida, ela também pode ser desmistificada, e nesse sentido, a educação, de forma geral, juntamente com as políticas de inclusão racial são fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- DAMATTA, Roberto Augusto. *Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- _____. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1983.
- DIJK, Teun A. Van. *Racismo e discurso na América Latina*. In: SILVA, Paulo V. Batista; e ROSEMBERG, Fulvia. *Brasil lugares de negros e brancos na mídia*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. vol. 1.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GUIMARÃES, A.S.A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. *Como trabalhar com raça em sociologia*. 2003. Disponível: www.scielo.br/escielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso: 20 abr. 2010.
- GUIMARÃES JR.; LOPES, Mário José. A cibercultura e o surgimento de novas formas de sociabilidade. Trabalho apresentado no GT “Nuevos mapas culturales: Cyber espacio y tecnologia de la virtualidad”. In: II REUNION DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR. *Anais...* Piriápolis, Uruguai, de 11-14 nov. 1997. Disponível: www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html. Acesso: 8 dez. 2009.
- _____. O ciberespaço como cenário para as Ciências Sociais. Trabalho apresentado no GT “A sociedade da informação e a transformação da Sociologia”. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. *Anais...* Porto Alegre, set. 1999. Disponível: www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html. Acesso: 8 dez. 2009.
- HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp, 2005.
- IPARDES. *Retrato das desigualdades. De gênero e raça*. 3. Ed.. Disponível: <http://ipardes.gov.br/index.php>. Acesso: 18 mar. 2010.
- JUNGBLUT, Airton Luis. *A heterogeneidade do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço*. 2004. Disponível: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso 8 jan. 2010.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- LIMA, Edson. *Blog do Edson Lima*. Disponível: odiario.com/blogs/edsonlima. Acesso: jun./dez. 2009.
- MAIO, Marcos Chor. *O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO*. 1998. Disponível: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso: 24 nov. 2009.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MONTARDO, Sandra Portella; ROCHA, Paula Jung. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. *Compôs – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, dez. 2005.
- RIGON, Angelo. *Opinião e notícia*. Disponível: angelorigon.blogspot.com. Acesso: jun./dez. 2009.
- SILVA, Antonio Ozaí. *Blog do Ozaí*. Disponível: antonio-ozai.blogspot.com. Acesso: jun./dez. 2009.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. *Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1999.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995. Parte II.
- TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2009.